



AS
Acha

Ata nº 7

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do nº1 do artigo 14º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, reuniu em sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Campo de Ourique, a **vinete seis de abril de dois mil e vinte e três**. A senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Ana Luísa Cardoso Marques Teixeira Loureiro, deu início à seguinte ordem de trabalhos, constituindo o presente documento, bem como os originais das propostas votadas, a ata em minuta da reunião: -----

A. Período Antes da Ordem do Dia; -----

Teve a palavra a freguesa Susana Morais que solicitou à senhora Presidente da Assembleia de Freguesia se podia distribuir um comunicado aos membros da Assembleia, o que foi autorizado. Dá indicação que tem dois assuntos a expor. Primeiramente refere que apesar de em 2017 ter sido prometido o novo centro de saúde para 2020, e, em 2019 ter sido decidida a sua localização na Rua da Estrela, refere que, até hoje, nada foi feito. Comenta que o contrato de arrendamento do Centro de Saúde, na Rua do Patrocínio terminou em 2022 e que, a partir de agosto de 2023, termina o usufruto do Edifício caso não seja renovado ou feito um novo contrato. Diz que no passado dia 03, na Reunião Pública do Executivo, o Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, passou a informação de que este assunto já estaria resolvido, no entanto, comenta a freguesa, que em reunião tida de manhã com a coordenadora do Centro de Saúde, a Dra. Teresa Ventura, foi dada indicação de que, apesar do intuito da ARSLVT ser a prorrogação do contrato de arrendamento, não é ainda um facto consumado e há risco de que, caso não haja um acordo, a Unidade de Saúde Familiar de Santo Condestável seja deslocada para Alcântara. Refere que Campo de Ourique não pode ficar sem cuidados de saúde primários de proximidade. Assim, tendo esta situação em conta, dá a conhecer a criação da Comissão de Utentes da Unidade de Saúde Familiar de Santo Condestável e pede ajuda para impedir que a USF vá para fora do bairro. -----
Em seguida, como segundo ponto, a freguesa comenta que o assunto é em relação aos transportes. Começa por dizer que em outubro passado no Fórum 20/30 fez uma intervenção no sentido de o Presidente da Junta interceder junto da Carris para que sejam colocados autocarros pequenos no percurso do elétrico 28, intercalando os elétricos que por vezes, durante o percurso se deparam com carros mal estacionados ou obras. Comenta o facto dos turistas encherem o elétrico e a população querer fazer o percurso e não conseguir. Dá um exemplo da filha que esteve duas horas para apanhar o elétrico, visto que passaram sete e estavam completamente cheios que nem a porta abriram. ---

SC
Acluj



Comenta que não existem transporte à noite, estando reduzidos ao 774. Diz que a partir das nove da noite não há os autocarros 701, 709, não há elétricos nem carreiras de bairro. Pede então ajuda à Assembleia de Freguesia para que, junto da Carris, possa fazer força, para que o bairro seja mais provido de transportes. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, Pedro Costa, começa por dar indicação, em relação aos transportes, que foi cancelada a carreira de redundância do elétrico sem ter sido dada nota prévia. Diz que tem conhecimento de como é difícil apanhar o elétrico pelo que se irá insistir com a Carris sobre este assunto. Diz que tem havido alguns reacertos na Câmara, na distribuição de pelouros, o que não tem tornado fácil a articulação nestas áreas, mas dá nota de que assim que haja novidades, as mesmas serão partilhadas com a Assembleia e com toda a freguesia. -----

Quanto ao Centro de Saúde, refere que a peça que foi remetida pela Comissão de Utentes, em relação ao estado do novo Centro de Saúde, o que consta do comunicado que foi distribuído não corresponde exatamente à realidade sendo que o projeto não está em banho Maria. Dá nota de que o projeto esteve parado durante algum tempo, foi reajustado pela ARS, não sabendo, no entanto, que tipo de Unidade irá abrir, provavelmente a mudança de um tipo A para um tipo B e assim o aumento do número de vagas. Diz que depois de ter estado parado algum tempo o projeto da SRU, nomeadamente no primeiro ano de mandato, está agora concluído o registo provisório de propriedade horizontal e assim seguirá a permuta para o Tribunal de Contas, para que seja dada a sua autorização. Dá nota de que na última reunião tida com o Diretor de Património foi transmitido que a Câmara conta lançar o concurso no final do ano. Este é o estado do novo Centro de Saúde. -----

Relativamente ao atual Centro de Saúde, o que foi transmitido e autorizado pelo presidente da ARS é que o Centro de Saúde não sairá daquelas instalações, portanto permanecerá naquelas instalações até que haja umas novas. -----

Comenta que mesmo que a Coordenadora de Serviço do Centro de Saúde diga que o contrato não está renovado, existem outras formas do Estado manter a posse do imóvel. -----

A Presidente passa a palavra ao freguês Jorge Farelo Pinto que questiona qual será a intervenção prevista para a Praça Afonso do Paço uma vez que seria bastante interessante introduzir uma qualidade de ambiente, aproveitando as características do lugar, sendo fácil fazer um estacionamento subterrâneo em alternativa ao que está projetado que são 92 lugares de estacionamento ao ar livre, dando outra configuração à praça. Diz que ao fazer o estacionamento subterrâneo daria para fazer por cima um jardim, onde se poderia fazer um pomar, uma horta coletiva, um quiosque ou um jardim

AC



infantil, sendo assim feita uma intervenção verdadeiramente de requalificação do ambiente urbano. -----

Comenta que o que está projetado é uma intervenção parca. Inclusive comenta que no fórum 20/30 foi dada indicação do estacionamento subterrâneo para a Praça Afonso do Paço. Solicita assim um ponto de situação relativamente ao projeto que, na sua opinião, gostaria que fosse mais ambicioso. -----

Toma a palavra a o senhor Presidente Pedro Costa dando nota de que, quando chegou em 2017, o projeto que havia era um projeto de trabalho, de criação de lugares de estacionamento na Praça Afonso do Paço, à superfície, uma vez que a Câmara já tinha lançado dois procedimentos, para além das várias conversas que foi tendo com as concessionárias de parques de estacionamento da cidade e nunca houve interesse em fazê-lo, nomeadamente devido aos custos de escavar a Praça, devido à sua composição geológica. Assim em 2017 o projeto era de ordenamento e densificação de estacionamento. Seria a separação da Praça em duas placas com estacionamento ao centro destas mesmas placas. Em 2018 foram iniciadas as negociações dos CDCs do mandato passado e, como todos os projetos de delegação de competências, passam por um processo de verificação com os serviços competentes da Câmara Municipal, para a elaboração dos processos daqueles projetos. -----

Dá nota de que o projeto que havia na Câmara era melhor do que aquele que existia na Junta de Freguesia. Assim o projeto da Junta de Freguesia foi abandonado e foram iniciadas as negociações com vista à execução do projeto que existia no Departamento de Espaços Verdes, que no essencial também dividia a praça em duas placas, transformando uma delas num espaço verde e reordenando o estacionamento na outra, tornando-a mais agradável do que é hoje (reordenando o estacionamento, alterando os sentidos de trânsito, dando uma melhor leitura de Praça ao espaço, ajardinando também metade da Praça). -----

O Presidente Pedro Costa reconhece a importância da apropriação do espaço através dos projetos de hortas comunitárias, existido várias previstas, uma junto à Rua Guilherme Anjos e outra para a Rua Quinta do Loureiro. Dá nota de que a criação de um jardim ou de uma área verde e de uma área de lazer na Praça Afonso do Paço não precisa verdadeiramente da plantação de árvores de frutos para que seja apropriada pela população. -----

Voltando ao projeto existente dos Espaços Verdes, numa última revisão de projeto, foram retirados alguns lugares de estacionamento para aumentar a zona de estadia e lazer. A Praça ficará com o mesmo número de lugares que tem hoje, mas alarga drasticamente o espaço público, área verde e área de lazer, e, principalmente, a qualidade do existente. -----

sc
AOL



Como em todas as obras realizadas em Campo de Ourique e que são promovidas pela Junta de Freguesia são sempre obras de compromisso. Assim há um compromisso que não é adiável nem contornável que é a falta de lugares de estacionamento em Campo de Ourique. Diz não concordar com a ideia de ter de aumentar infinitamente a oferta do estacionamento porque só vai fazer aumentar o número de carros, no entanto, há questões de prioridades a serem efetuadas, a segurança é uma delas, o conforto, a garantia de que ao sair de casa não há um carro estacionado à porta, o que continua a acontecer em Campo de Ourique. Assim serão colocados pilaretes para garantir a libertação dos passeios. -----

Portanto o projeto existente, de acordo com o compromisso tido, será uma grande melhoria, será um ganho grande para Campo de Ourique. -----

Dá nota de que, tendo em conta o estado em que estão as negociações, será executado durante este mandato a recuperação da Rua do Arco do Carvalhão e da Praça Afonso do Paço. -----

O freguês solicita novamente a palavra. Diz que relativamente ao estacionamento e ao projeto que estava a falar, seria mais fácil perceber se fosse visualizado. Assim solicita poder enviar, para a Assembleia, uma breve memória descritiva com os desenhos efetuados pelo próprio. Diz que o estacionamento subterrâneo dá para 120 lugares e o existente são 92. -----

A Presidente Ana Loureiro aceita o envio dos documentos que encaminhará para o Executivo. -----

O Presidente Pedro Costa informa que o seu endereço de email está disponível no Site da Junta de Freguesia e que ninguém fica sem resposta. No entanto, se o canal para entrega desta documentação, for através da Presidente da Assembleia, claro que receberá com todo o gosto. -----

É dada a palavra à freguesa Susana Marques. Começa por referir que tem visto visitas de Engenheiros do Metro por Campo de Ourique e, tem informação de que estariam à procura de uma zona de estacionamento de apoio ao metro. Assim questiona o Presidente da Junta sobre a veracidade desta informação. -----

O Presidente Pedro Costa diz que não pode confirmar ou comentar as visitas de Engenheiros do Metro uma vez que não tem conhecimento das mesmas. Sobre o estacionamento, diz ter conhecimento e que não é de apoio ao Metro. O Metro, como é hábito em todas as obras que ocupam espaço público tem, como compensação e pensa que consta do acordo com a Câmara Municipal, criar algumas medidas de compensação de estacionamento e é esse o trabalho que está a ser feito pelo Metropolitano. Diz que já foram enviadas algumas hipóteses, uma delas, o terreno abandonado na esquina da Rua Ferreira Borges com a Rua de Campo de Ourique, sobre

sl
Acris



o qual a Junta deu a sua opinião. Isto é o que pode partilhar visto que não tem mais informação sobre o assunto. -----

É dada a palavra ao membro do PS, Filipe Hasse Ferreira. Solicita uma Comissão da Assembleia de Freguesia relativamente ao problema dos transportes, visto que este é um assunto que é discutido há muitos anos. Diz ter conhecimento de que houve muitas insistências da Junta junto da Carris e da Câmara para que seja resolvida, ou pelo menos colmatada a situação do Elétrico 28. Comenta que inicialmente foram colocados os pequenos autocarros para facilitar o transporte, dado que os turistas privilegiam o andar de Elétrico. No entanto a Assembleia de Freguesia nunca fez uma recomendação, que gostaria que fosse unanime, no sentido de abordar estas mesmas entidades, uma vez que a carreira de bairro também não resolve o problema do 28. Assim solicita que seja criado um grupo de trabalho em que cada partido indicaria um elemento para chegarem a um consenso quanto a uma recomendação formal a dirigir quer à Assembleia Municipal, quer à Câmara e à Carris. -----

A Presidente da Assembleia diz ser uma ótima sugestão e que se encarregará de, junto de todos os grupos da Assembleia de Freguesia, procurar constituir este grupo de trabalho sobre os transportes. -----

Vasco Barata, membro do BE toma a palavra. Também relativamente à questão do Elétrico 28, e vendo como favorável a proposta de Filipe Hasse Ferreira, acha que seria interessante fazer um esforço de concertação, junto com outras freguesias que sofrem com este problema. Com a capacidade de articulação talvez fosse possível fazer uma pressão maior para que houvesse a alteração, tão necessária. -----

Relativamente aos esclarecimentos do Presidente Pedro Costa sobre a Praça Afonso do Paço, Vasco Barata diz ter uma dúvida, que é se neste mandato se iniciará a obra ou se será concluída. -----

Por fim, diz trazer um desafio ao Executivo da Junta. Diz que quando tomaram posse, não neste mandato mas no mandato anterior, antes de Campo de Ourique perder eleitores e, assim, perder representantes nesta casa, havia dois eleitos, um deles, a Joana Cadete Pires (Vice Presidente da ILGA), que logo nas primeiras sessões trouxe uma proposta, dando conhecimento da discriminação e da importância dos poderes políticos e poderes públicos, como Junta de Freguesia, que é a de assinalarem, de forma simbólica, datas que consideram importantes, para as pessoas que residem na Freguesia, também se sentirem representadas e, que esse espaço seja o mais livre de todo o tipo de discriminações possível. Assim, e aproximando-nos do mês de maio, o dia 17 de Maio, que é o dia contra a homofobia, também o dia 28 de Junho, o dia das manifestações de StoneWall, temos um período de tempo em que a Junta de Freguesia se poderia associar a estas datas de uma forma que o Executivo assim entendesse. Deixa a sugestão, de acordo com o que outros poderes fazem que é o hastear da bandeira

AS
Aquis



LGBT por um ou dois dias, deixando isso ao critério do Executivo, para que todos os que vivem em Campo de Ourique saibam que têm um Executivo, têm um Bairro que é contra todos os tipos de discriminação, não excluindo que se possa fazer isto para outro tipo de discriminações ou outro tipo de lutas. -----

O Presidente Pedro Costa toma a palavra e agradece a proposta de Filipe Hasse Ferreira, do apoio à Assembleia de Freguesia, no trabalho de pressão junto da Carris para a resolução do problema. -----

Em relação aos desafios do membro Vasco Barata, diz aceitar com gosto, em nome de todos os membros do Executivo o desafio para hastear a bandeira LGBT no dia 17 de maio e se associar ao combate da discriminação. -----

Em relação à Praça Afonso do Paço, o presidente diz que dá por certo o financiamento da obra, via contrato delegação de competências e havendo delegação de competências, haverá início da obra. No que diz respeito a se obra ficará ou não concluída até ao fim do mandato, o que dá como garantia é que nenhuma obra ficará por fazer por não se poder concluir nos prazos do cumprimento do mandato. Os mandatos são de 4 anos pelo que está em condições de cumprir as funções até ao último dia do mandato haja o que houver. As obras irão ter início, assim que seja possível, durante este mandato esperando que estejam concluídas antes das próximas eleições autárquicas, no entanto sem garantias, neste momento, visto ser uma obra de grande dimensão e o concurso poder vir a complicar-se dados os valores envolvidos, que sobem todos os dias. Dá garantia sim dos esforços para que a obra se inicie durante este mandato, esperando que seja ainda em 2023. -----

Teresa Morais Leitão, membro do CDS, toma a palavra e dá indicação de querer dar um seguimento às recomendações anteriores. Em resposta ao desafio da Comissão sobre os transportes, diz poder nomear já o membro António Belmar. -----

Em relação às propostas do CDS, diz ter dois aspetos que gostaria que fossem equacionados: -----

1º - Foram chamados à razão por vários fregueses que Campo de Ourique é a única Zona Verde central de Lisboa de estacionamento da EMEL. Menciona que Campolide já passou a Zona Amarela, e que as Zonas circundantes a Campo de Ourique já são Encarnadas. Pelo que lhe foi transmitido, Campo de Ourique está a ser utilizado com estacionamento de longa duração para pessoas que entram em Lisboa, por ser a zona mais barata. Continua por dizer que seria interessante, o quanto antes requisitar à EMEL a passagem da Zona Verde para Amarela ou mesmo Encarnada. -----

2º - Fala de outra medida a ter em conta que é o facto de, em período noturno a zona inteira possa ser exclusiva a residentes, o que já tem vindo a ser feito em outros bairros, e não acha que seja prejudicial a qualquer tipo de comércio, restauração em Campo de Ourique. -----

AS
Acluf



Questiona também o facto de, em algumas ruas de Campo de Ourique o estacionamento ser exclusivo a residentes o dia inteiro, não só no período noturno, e outras não. ----- Em relação aos jardins, acreditando que é importante para o bem-estar e que vai ser, independentemente da solução futura, se irá haver obras no Jardim da Parada, os restantes jardins vão ter uma importância sobremaneira. Diz que tem interesse na proposta do Arquiteto que interveio no início, porque sendo uma obra de grande dimensão, o que vai ser despendido vai ser relevante, seria importante que a obra contribuísse para ter outro espaço verde em Campo de Ourique e não só para uma reorganização de estacionamento. -----

Na sua opinião, diz , há três possibilidades de Jardim em Campo de Ourique, a Praça Afonso do Paço, o Largo da Igreja (CDS já sugeriu várias vezes a eliminação das barreiras), o jardim Gorgel do Amaral. Sobre este último, Teresa Morais Leitão, questiona o problema de droga e lixo permanente existentes, tendo também, este jardim, um projeto de requalificação. Sabe que a Junta tem tido dificuldades por causa de uma Associação de Moradores que é contra qualquer implementação de requalificação com quiosque. Na sua opinião as Associações de Moradores são importantes, mas não podem ser prejudiciais ao bem-estar de um bairro inteiro. -----

O Presidente Pedro Costa começa por dizer que, em relação à questão da EMEL, estranha o bairro estar a ser usado para estacionamento de longa duração, pois, mesmo a Zona Verde tem um limite de tempo de estacionamento, ou seja, não é possível pagar mais de 4 horas nestas Zonas. Concorda sim que possa ser feita a alteração de cor, dando indicação de que, na sua opinião, deveria sim passar tudo a Zona Amarela e com ruas determinadas ou a Vermelho ou prolongamento de eixos a Castanho. Diz que não há motivo para serem criadas ruas onde não é possível estacionar com dístico de residente, não acha uma boa solução. Comenta que as Zonas Pretas são as mais caras de estacionamento e não há lugar a estacionamento com dístico de residente. -----

Informa que já foi sinalizado à EMEL a vontade de agravar o custo de estacionamento à superfície, no entanto sendo matéria de regulamento só por via de uma revisão regulamentar é que pode ser feita esta alteração. -----

Em relação aos lugares de residente, estes só dependem, apenas, da decisão da Direção Municipal de Mobilidade e da execução da EMEL. Dá nota de que foi conseguido avançar com a Rua do Arco do Carvalhão e a Rua Maria Pia, para residentes e que foram identificados dezenas de lugares de estacionamento, concentrados em algumas ruas para melhorar e facilitar a sinalização das mesmas e a previsibilidade para quem circula. As áreas que existem, são no núcleo histórico da antiga freguesia de Santa Isabel. Refere que tem sentido grande dificuldade, inclusive já foi sinalizado na Assembleia Municipal, em articular com a Direção Municipal de Mobilidade, na aprovação de lugares de estacionamento exclusivo para residentes. A garantia dada pelo senhor Vice-Presidente

é a de que compreende a urgência da situação pelo que o presidente Pedro Costa acredita que será cumprido tudo o que foi combinado. -----

Relativamente aos jardins, diz concordar com Teresa Morais Leitão. Em relação à Praça Afonso do Paço, está prevista a criação de uma área verde e de lazer e admite que seria maior sim, se fosse retirado o estacionamento. Dá nota de que a obra aprovada irá ter um custo de quatrocentos a quinhentos mil euros. Com o estacionamento para os 120 lugares, estacionamento subterrâneo, o valor rondaria os três a quatro milhões de euros. -----

Em relação à Igreja, o Presidente dá nota de que, sabendo que o CDS tem trazido este assunto à Assembleia de Freguesia, tem havido dificuldade em conversar sobre este assunto com a Câmara Municipal. O projeto está na EMEL, e a EMEL não executa a obra porque a obra foi parada. E está na EMEL porque a Câmara não quis avançar com o projeto e o caminho para financiar a intervenção era esse. Diz ainda que, a competência de estruturar áreas verdes é da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia. O que a Junta tem feito é tentar encontrar caminhos alternativos para financiar a intervenção de um projeto que está feito. -----

Relativamente ao Jardim Gorgel do Amaral, a obra está sinalizada como sendo uma das obras prioritárias para a delegação de competências que está a ser negociada com a Câmara Municipal, no entanto, não sabe em que estado está visto ainda não estar fechado o valor. Haverá ainda lugar a um rateio, depois do rateio proporcional que foi feito pelos serviços da Câmara e pelo Gabinete do Presidente e do Vereador Diogo Moura, para projetos especiais do qual ainda não se sabe o valor destinado à Junta de Freguesia, pelo que não é possível garantir se irá ou não avançar com a obra. -----

No que diz respeito ao quiosque e à Associação de Moradores, o Presidente, relativamente a este último, diz não reconhecer qualquer influência para além da que têm, que é: a Associação existe, eleita pelos vizinhos e tem desenvolvido um trabalho de projeto para a requalificação da Praça das Águas Livres, há um acordo assinado entre a Associação, o Ginásio Clube Português e a Câmara Municipal para a integração desse projeto e da Junta de Freguesia para eventuais trabalhos que venham a ser desenvolvidos. Dá nota de que o Ginásio Clube Português tinha intenção de avançar com alguns trabalhos naquela zona. -----

Há oposição ao quiosque, mas há também áreas verdes para além do quiosque, e o facto de haver oposição não quer dizer que o quiosque não possa existir na mesma. -----

Diz ter havido uma oposição ao parque canino, no entanto após negociações ficou no projeto assinado por todos, o parque canino como equipamento estruturante daquele espaço, resolvendo uma parte considerável do problema de higiene urbana que ali se encontra. -----



Filipe Hasse Ferreira pede a palavra e diz subescrever o que foi dito sobre a EMEL, e acha que poderá haver um trabalho conjunto para uma recomendação formal, unânime da Assembleia de Freguesia para a EMEL e para a Câmara para resolver a questão das Zonas reservadas a residentes de modo que estes temas possam ser resolvidos ou encaminhados. -----

O presidente Pedro Costa pede a palavra para dar a conhecer uma informação adicional. Diz que além do agravamento da questão do horário há o prolongamento do horário da fiscalização que, não sendo matéria de regulamento poderia já avançar. Já foi solicitado, no entanto continuam as dificuldades em conseguir alterar a forma como está regulado o estacionamento em Campo de Ourique. -----

Pede a palavra Pedro Teixeira, membro do CDS-PP, que questiona sobre a evolução do projeto do jardim da EPAL / Amoreiras. -----

O Presidente Pedro Costa começa por dar a indicação de que há uma negociação para a celebração de um protocolo tripartido entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a EPAL para a elaboração do projeto e a gestão do espaço. Diz que a Câmara Municipal aceitou avançar com a obra de abrir o Clube e alargar os passeios. A Junta de Freguesia sinalizou a discordância com esta forma. Diz que, enquanto estão a ser realizados estudos de estabilidade da estrutura, a criação de uma travessia entre a Rua Ferreira Borges e as Amoreiras é essencial. Informa que a EPAL já avançou com o concurso para o projetista e o protocolo sofreu um recuo, pois a Câmara Municipal recuou assumir custos com uma das obrigações assumidas, pelo que ainda não se conseguiu assinar o contrato com a Administração da EPAL que, entretanto, terminou o mandato e não tem poder para assinar protocolos. Já terão sido aprovados nomes para o Conselho de Administração da EPAL, pelo que este tema será retomado. -----

O Presidente informa a Assembleia que os custos que a Junta de Freguesia assumirá serão os custos com a Higiene Urbana do espaço e, para que o projeto pudesse avançar, a manutenção dos Espaços Verdes. Assim o contrato será fechado quando houver alguém com poderes na EPAL. -----

B. Período da Ordem do Dia; -----

1. Apreciação e Votação do Projeto de Ata da reunião de Assembleia de Freguesia de 20 de dezembro de 2022. -----

Mafalda Cambeta, membro do PSD solicita a palavra. Diz, após ler um excerto da ata de 20 de dezembro de 2022, que é a terceira Assembleia de Freguesia que solicita que os documentos do CDC e as verbas e atividades do Enriquecimento Curricular sejam enviados para a Assembleia de Freguesia e ainda não foram enviados. Solicita novamente o envio dos documentos. -----

A Presidente da Assembleia informa que fez o pedido e reforça-o novamente aos serviços. -----

O Presidente Pedro Costa diz que houve um lapso e os mesmos serão enviados no dia seguinte, segundo a informação dos serviços. -----

Foi colocada à votação cujo resultado foi aprovação por unanimidade dos presentes na reunião. -----

2. **Apreciação e Votação da Moção da CDU “Por um Pavilhão Polidesportivo na Quinta do Loureiro”**. -----

A deputada do PCP, faz uma exposição sobre a razão desta moção. Informa que o pavilhão previsto, tendo localização determinada e alicerces não chegou a ser concretizado, devido a problemas de dimensionamento. -----

Diz que, posteriormente, o plano do Dr. Santana Lopes era ter uma piscina em cada freguesia, em Campo de Ourique, junto à Quinta do Loureiro, no entanto, por erros de construção a piscina nunca teve um funcionamento regular acabando por ser totalmente encerrada. -----

Continua por dizer que em 2021 a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia anunciaram o terreno para a construção da piscina, solução que agrada à população, no entanto, de acordo com declarações prestadas feriria o PDM (Plano Diretor Municipal), não se entendendo o porquê, visto se estar perante a reestruturação do equipamento desportivo que já estava ali localizado. Houve sugestões por parte da população para alternativas, no entanto todas foram rejeitadas pela Vereadora Filipa Roseta. Os eleitos do PCP propõem então à Assembleia enviar-se ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa um pedido de esclarecimento sobre os impedimentos que comprometem as sucessivas propostas da população, a localização do novo pavilhão Polidesportivo e apelar a que a Câmara Municipal se comprometa com a construção de um novo pavilhão que sirva a população da Quinta do Loureiro. -----

Pede a palavra Mafalda Cambeta do PSD, solicita que o Presidente de Junta fale sobre a situação e questiona a eleita do PCP se estarão disponíveis para em vez de enviar ao Presidente da Câmara de Lisboa, enviar à Vereadora Filipa Roseta. -----

Mafalda Cambeta dá indicação de que a Vereadora Filipa Roseta não rejeitou nunca o projeto. Dá nota da declaração das Infraestruturas de Portugal em 2021 que dão nota de que poderia ser construído este pavilhão, mas a partir do momento em que a ligação da linha de Cascais à linha de cintura fosse feita, o mesmo teria de ser demolido e os custos teriam de ser imputados à Câmara. Esteve então em causa o dinheiro público. Portanto, continua por dizer, a vereadora não recusou o projeto, mas o que estava em causa era a construção de um pavilhão que poderia vir a ser demolido e tudo isto com dinheiro público. A Vereadora solicitou alternativas e estão



apresentadas 3 alternativas à Junta de Freguesia, pelo que, acredita que não há má-fé da Câmara Municipal, mas sim a possibilidade de explorar alternativas de modo a não se construir um pavilhão que poderá ser demolido. -----

Vasco Barata, do BE pede a palavra. Diz que é um assunto que vem sendo recorrente, pelo que solicita ao CDU, se assim o entender, que gostariam de subescrever esta moção. Dá indicação de que questionou a Vereadora sobre este assunto e, em resposta, foi dada indicação de que não estaria nada pensado para o espaço. Diz ainda não estar certo de que a piscina tenha sido construída pelo Dr. Santana Lopes, mas sim por João Soares. -----

O Presidente de Junta toma a palavra, começando por dar indicação de que o Dr. Santana Lopes só encerrou a piscina. A construção da piscina faz parte do programa do PER e foi sobre a presidência do Dr. João Soares, a coligação do PS com o PCP que foi construída na Quinta do Loureiro. -----

Continua por dar indicação de querer saudar a apresentação deste voto por parte do PCP, sendo público o interesse da Junta de que aconteça esta obra. -----

Existe sim alguma dificuldade em compreender o interesse da Câmara na obra de mais uma linha de comboio aérea junto ao bairro, e compreende, que de facto é um risco financeiro, mesmo para um projeto que duraria 10 anos. -----

Sobre a linha de comboio, o presidente diz que a ligação da linha de Cascais à linha de Cintura não está no financiamento do PT 20/30 nem do PRR. Para o presidente esta obra perdeu centralidade. -----

Continua por dizer que, após uma conversa com a Vereadora, a mesma falou com as infraestruturas e estas dispuseram-se a alterar o parecer desta obra. Tendo depois outro contacto com a Vereadora, foi solicitado para que o presidente de Junta mantivesse as conversações sobre este assunto, com o Secretário de Estado. O Secretário de Estado deu indicação de que há espaço para negociar (no plano original para a construção da linha a Escola Vale de Alcântara, foi também construída como provisória e a remoção e construção da Escola noutra local ficaria por conta das Infraestruturas de Portugal caso avançasse a ligação) e, em sua opinião a ligação deveria ser feita por Túnel e não Viaduto, tal como está estudado. -----

O Presidente diz que apenas foi apresentada uma alternativa à Junta, que se situa abaixo da Escola Manuel da Maia, por cima das piscinas o que não é, na sua opinião, alternativa. -----

Não concorda com a afirmação de que a Vereadora tenha rejeitado as alternativas, sem mais clarificações. Diz haver motivos dados pela Vereadora para excluir as várias localizações propostas pela Junta e pela população. Discorda de algumas. -----

Diz acreditar que o Pavilhão irá ser uma realidade, a Câmara Municipal recuou na sua posição e irá avançar como é pedido pela população. -----

AS
Aquis



Existe um trabalho no sentido de encontrar documentos que deem conforto à Câmara, sendo uma das hipóteses a de as Infraestruturas, em caso de haver a ligação da linha, que a mesma seja por túnel, e assim não se põe o problema da demolição do pavilhão, ou através do desnivelamento da outra linha do comboio que, na sua opinião é uma solução mais óbvia do que a construção de um terceiro viaduto. ----- A deputada do PCP pede a palavra. Diz entender a questão do risco de investimento, no entanto a posição do PCP é a de que a construção de um pavilhão fora da Quinta do Loureiro não resolve a questão, e a relativamente ao dinheiro em risco, olhando para a situação do bairro hoje, é uma questão irrelevante, quando se trata de crianças e jovens que estão expostas à situação do bairro. Diz que nem deveria ser considerado. Continua por dizer, que tirando a sala de chuto, não existe equipamento que sirva a população de forma regular e permanente como um pavilhão Polidesportivo poderia servir. -----

Mafalda Cambeta, PSD solicita novamente a palavra. Diz que o Presidente apresentou uma não solução nas piscinas de Campo de Ourique, foi apresentada uma nova solução ao pé da escola, com a qual a Junta também não concordou. -----

O Presidente interrompe e dá nota de que o que foi apresentado era entre a escola Manuel da Maia e as Piscinas, portanto uma só alternativa. -----

Continua a deputada do PSD, Mafalda Cambeta, por dizer que quer deixar claro que a posição do PSD sempre foi a favor desta infraestrutura, desde 2013. -----

Filipe Hasse Ferreira, PS, toma a palavra, dando nota de que subescreve a parte deliberativa. Quanto à parte da fundamentação diz que entre lapsos e situações menos claras, sugere que esta parte expositiva, de fundamentação, não está disponível para subescrever. Sugere que possam ser feitas alterações ao texto de modo a poder votar favoravelmente à parte deliberativa. -----

A presidente da Assembleia diz que tem algumas propostas ao texto de modo que pudesse ficar em condições de ser votado. Uma das alterações seria substituir Santana Lopes por João Soares. Manter o primeiro parágrafo e colocar “assim, não tendo sido concretizado qualquer projeto até à data, o eleito da CDU propõe que a Assembleia de Freguesia ...”. Outra alteração é o envio à Vereadora e não ao Presidente da Câmara de Lisboa. -----

A eleita do PCP sugere o envio aos dois. -----

Mafalda Cambeta, PSD, sugere que sejam solicitados esclarecimentos à Vereadora com o conhecimento do Senhor Presidente da Câmara. -----

A Presidente da Assembleia, dá a conhecer que, aprovadas as alterações a moção é também subscrita pelo PSD, BE PS e CDS. -----

Estando em condições, a moção foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação por unanimidade dos presentes. -----

3. Apreciação e Votação do Voto de Saudação do CDS “Voto de Saudação pelo 49º aniversário do 25 de abril de 1974”.

A Presidente da Assembleia questiona o CDS se quer esclarecer esta moção ao qual o eleito diz não ser necessário.

Foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação com abstenção da CDU e doze votos a favor (PS, PSD, CDS, BE, IL).

A eleita do PCP faz a sua declaração de voto para explicar a razão da abstenção. Diz que a saudação menciona algumas conquistas de Abril e não a Constituição da República Portuguesa, que de facto foi a grande conquista que derivou do 25 de Abril e por isso a abstenção.

4. Apreciação e Votação da Recomendação Nº1/2023 da Iniciativa Liberal “Melhorar a gestão do património municipal”.

O eleito da IL toma a palavra e esclarece a moção, dando indicação sobre o grave problema no mercado de habitação e com uma pressão da procura que não tem tido resposta imediata do lado da oferta. Com esta recomendação, o IL pretende que o Estado dê o exemplo, otimizando o seu espaço e libertando tudo o que está devoluto, para colocar no mercado e no mercado de habitação. Em seguida lê a recomendação para inteirar os fregueses que estão a assistir.

Vasco Barata do BE solicita a palavra. Menciona que esta recomendação mistura imóveis que estão devolutos e imóveis que estão cedidos a entidades, e que isto são duas coisas completamente diferentes no ponto de vista do BE. Um imóvel público, uma propriedade pública, que esteja a servir de sede a uma associação, a uma IPSS do partido político ou de uma ONG, diz que não parece que seja um imóvel que esteja a não servir nenhum fim. Pelo contrário, se há uma crise de habitação que existe e é real, também existe uma crise para que muitas coletividades, muitas associações, muitas entidades coletivas possam ter o seu espaço e possam fazer a sua atividade e criar comunidade, que é isso que estas associações/ Instituições fazem.

Questiona o Executivo, sendo que já o fez no mandato passado, inclusivamente foi das primeiras propostas que fizeram, que era mapear no território de campo de Ourique, os imóveis devolutos. Na altura, menciona que foi transmitido que não seria possível, o que levanta uma questão que é a de votar em algo que não é possível de concretizar. Assim diz o eleito que gostaria de ter esse esclarecimento do executivo da Junta de modo a ter informação para o seu voto.

O eleito da IL pede para intervir e esclarece que a questão é otimizar os edifícios cedidos a terceiros, porque os devolutos, estão devolutos, pelo que, por este facto não é uma mistura de imóveis.



Diz ainda não haver nada que seja pejorativo ou negativo nesta questão. -----
O Presidente Pedro Costa toma a palavra e começa por dar nota ao eleito Vasco Barata, acerca da má gestão patrimonial com os devolutos e que há um tema de imóveis devolutos que merece a análise da Assembleia, que é a utilização que é feita das lojas do bairro da Quinta do Loureiro, sendo este um dos motivos pelos quais existem os problemas que ali existem. Que quando o PCP diz e, com razão, que não há nenhum serviço público, tirando a junta de freguesia, que tenha uma porta aberta na Quinta do Loureiro é porque a utilização que é feita daquelas lojas é para armazém. -----

Dá nota de que a Junta de Freguesia, neste momento, tem apenas uma sede, na rua Azedo Gneco. Informa que o funcionamento por delegações terminou, sendo que, há um balcão de apoio à Quinta do Loureiro, na Quinta do Loureiro e uma Universidade Sénior que funciona na sede da extinta freguesia de Santa Isabel. Diz concordar que o espaço de Santa Isabel está desperdiçado, porque é um espaço que deveria servir um determinado uso habitacional. Dá nota de que o plano elaborado, já no mandato anterior, e que tem sido trabalhado com a Câmara Municipal durante este mandato é a da alienação do imóvel de Santa Isabel, permitindo: -----

- A construção de uma sede prevista no plano de pormenor das Amoreiras, nos terrenos da Rua Ferreira Borges com a Rua de Campo de Ourique, juntamente com o Centro Cultural para que possa permitir devolver o espaço, que hoje é o auditório, à biblioteca. -----
- Financiar a construção do novo quartel dos bombeiros voluntários de Campo de Ourique. -----
- Passar a sede da Rua Azedo Gneco para o que sempre devia ter sido, que é um edifício de habitação. -----

O Presidente continua por dar indicação de que foram sinalizadas duas operações simples, mas há de facto, a questão dos devolutos. Na lei que foi aprovada na Assembleia da República da Reforma Administrativa, a competência da identificação do Património Municipal devoluto e as pequenas reparações dos mesmos estão identificadas como competências a transferir. Acontece que as competências foram transferidas pela lei e efetivadas através de Autos de Transferência. O Auto de Transferência não efetiva essas duas competências. A Câmara tem obrigação de efetivar essa competência. Menciona que, desde 2018 que se tem tentado que a Câmara o faça, no entanto com pouco sucesso. Diz então que o ponto faz todo sentido para pressionar a Câmara a efetivar a competência. -----

Tomando a palavra Filipe Hasse Ferreira, PS, diz estar disponível para votar favoravelmente esta petição tirando a parte final da alínea b) porque de facto, o que vier a ficar devoluto na sequência da otimização referida no ponto anterior, diz o



eleito, parecer ser uma ameaça velada. Concorde quando diz “otimizar a ocupação dos imóveis municipais na alínea a) que se encontram cedidos a terceiros, colocar no mercado os imóveis atualmente devolutos”, acrescentaria “ao abrigo do programa da renda Acessível”.

O IL diz que a intenção não era a de ameaça, no entanto está disponível para retirar a componente.

Foi então a recomendação, colocada à votação cujo resultado foi sua aprovação com nove votos a favor da IL, CDS, PSD, PS, dois votos contra (CDU e BE) e duas abstenções (PS).

Vasco Barata, BE, solicita intervenção, diz que votou contra o ponto 1 porque considera que não se deve misturar lutas de pessoas, entidades que estão na mesma situação do que as pessoas singulares que sofrem a crise do direito à habitação. Diz desconhecer em que é que se concretizaria a otimização que a Iniciativa Liberal aponta. Diz não ter ficado esclarecido, daí, o voto contra. No ponto 2 da recomendação, vota contra. Comenta que há um grave problema de habitação devoluta na cidade de Lisboa, cerca de 46000 casas privadas e 2000 públicas. As questões de habitação estão divididas entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Governo. Portanto diz que é estar a desfocar um problema das entidades que têm essa responsabilidade achando que a população irá fazer a consulta no Site da Junta para saber que novas casas estão devolutas. Comenta que a população sabe, uma vez que anda pela freguesia.

A eleita do PCP pede a palavra e diz que o item 2 votam contra assim como no item 1, a) e b). No entanto diz que o item 1 c) é muito interessante, o facto de haver acesso a uma lista dos imóveis que estão ocupados e por quem. Saber qual é o estado de ocupação desses imóveis, que tipo de contrato tem. Isso ajudaria a pensar em projetos, mas projetos de interesse social e não de interesse comercial ou de mercado.

- 5. Apreciação e votação da Proposta de abertura de procedimento concursal para provimento de um cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão de Atendimento e Serviços ao Cidadão), e nomeação de júri do procedimento.

Toma a palavra o Vogal Hugo Vieira da Silva. Diz que a Junta de Freguesia dispensa a apresentação da proposta, no entanto, está, naturalmente, disponível para prestar os esclarecimentos que a Assembleia assim entender.

Mafalda Cambeta, do PSD, diz não perceber a dispensa da Junta de Freguesia de apresentar a proposta, visto o Executivo de Junta ter feito questão de trazer esta proposta novamente à Assembleia de Freguesia. De acordo com o que o PSD já disse na última sessão da Assembleia de Freguesia, seria necessário apresentar os nomes do júri para este concurso, e por isso, é que vem novamente. Diz também que o PSD

Handwritten signature



disse haver dois motivos para o qual não aprovava esta proposta. Uma delas está sanada nesta apresentação. A segunda não, que é sobre o mapa de pessoal que, além de não ter vindo, o mapa de pessoal continua com 2 postos ocupados, não podendo abrir Concurso Público. Assim o PSD votará contra. -----

O eleito da IL solicita a palavra. Sobre esta proposta, diz que é bom salientar a reestruturação da orgânica para prestar melhor qualidade de serviço. Este é o ponto que, obviamente concorda. Diz não concordar com o de ter 2 vagas ocupadas para esta este cargo e nenhum dizer que um deles é em regime de substituição. Portanto, ao ler o mapa pessoal não vê onde é que encaixa uma nomeação sendo que dois lugares estão já ocupados. Diz que seria bom, apresentar juntamente com esta proposta, com abertura de concurso, uma correção ao mapa do pessoal e aí aprovar as duas propostas. -----

Fala Filipe Hasse Ferreira, PS, que diz que gostaria de ter acesso ao anexo 2. -----

O Presidente Pedro Costa toma a palavra. Começa por pedir desculpa pois há um anexo que não foi distribuído, pelo que a proposta terá de ser retirada novamente. – Continua por dizer que a Assembleia de Freguesia tem a obrigação de ter conhecimento administrativo dos documentos administrativos entregues. A Assembleia de Freguesia sabe qual é a circunstância, a forma como se espelha o que existe, que é um regime de substituição para o preenchimento de uma vaga, porque não havia condições para poder sequer fazer o concurso. -----

O Presidente Pedro Costa, solicita o agendamento urgente de uma Assembleia de Freguesia de modo que este ponto possa ser votado. -----

Em todo o caso, e, sendo redistribuída a proposta poderá ser incluída uma frase acerca desse assunto para recordar à Assembleia de uma matéria que tem conhecimento. -----

A IL pede a palavra. Refere que tem conhecimento de informação administrativa, mas não faz sentido ter uma prestação de contas 2022, que volta a colocar o quadro de pessoal que continua a não referir nada sobre o regime de substituição. -----

O Presidente Pedro Costa dá indicação de que não vai referir porque a Assembleia é obrigada a saber sobre esse assunto. -----

Mafalda Cambeta solicita novamente a palavra. Diz que a proposta não foi novamente retirada porque anteriormente o Executivo quis levá-la a votação. Diz também que a Assembleia não tem a obrigação, mas a obrigação é do Executivo de trazer as coisas por escrito. -----

Esta proposta foi assim retirada pelo Executivo. -----

- 6. Apreciação e votação da proposta de celebração de Contrato interadministrativo de cooperação, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal na sequência da

AS



Proposta n.º 282/CM/2022, celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, no âmbito da higiene urbana. -----

O Presidente Pedro Costa dá uma breve nota sobre este ponto. Diz que é uma proposta para a manutenção do contrato Interadministrativo, que inclui as juntas de freguesia na distribuição da taxa turística cobrada pela Câmara Municipal. Reconhece o esforço adicional que as freguesias da cidade têm nos trabalhos de higiene urbana por conta do impacto do turismo. Diz que este contrato é um contrato que distribui o valor da verba turística por conta de uma série de indicadores avaliados que se alteraram e que, por isso, terão de ser revistos. -----

Mafalda Cambeta do PSD pese a palavra. Começa por dizer que tanto o ponto 3 como o ponto 4 são o mesmo. Diz ter duas questões: - Primeiro, diz que nenhuma destas duas propostas foi ainda aprovada em Assembleia Municipal. Mesmo que a minuta fosse aprovada, diz que o problema é que esta mesma minuta está também a ser revista pela primeira Comissão, porque tem um erro. Diz que O Presidente Carlos Moedas diz que este CDC seria um CDC até dezembro de 2023, e não um CDC de mandato. Assim o PSD propõe que estas propostas sejam retiradas e, uma vez que, haverá uma Assembleia de Freguesia urgente para aprovação da abertura do procedimento de concurso para o cargo de direção intermédia de segundo grau, poderiam ser trazidas também estas duas propostas a votação. -----

O Presidente Pedro Costa retoma a palavra para dizer que não compreende o fundamento da proposta dada pelo PSD visto não haver uma subalternização das freguesias à Câmara Municipal. Diz que a proposta foi a distribuída pelo Senhor Vereador e que, se existem erros materiais, são erros materiais, que podem ser corrigidos e não têm de ser repetidas votações por isso. Se há um fundamento para que tenha de ser repetido, terá de ser repetido em Câmara, terá de ser redistribuído, pelo que não concorda que este ponto tenha de vir a uma próxima Assembleia de Freguesia. -----

Filipe Hasse Ferreira, PS, solicita a palavra. Começa por dizer que acredita que o formato digital do anexo A seja bastante grande. Diz ter de se arranjar uma maneira, visto que é complicado votar propostas sem ter conhecimento dos documentos. Assim solicita que seja encontrada uma maneira de poder disponibilizar os documentos. Em segundo lugar, o eleito do PS questiona de quando são os dados que constam do anexo B. -----

O Presidente Pedro Costa diz serem da data da assinatura do contrato, portanto 2017-2018. -----

Filipe Hasse Ferreira solicita a atualização dos dados até para projetos futuros. -----

A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi aprovada com dez votos a favor e três abstenções (CDS) -----



Mafalda Cambeta solicita uma declaração de voto. Diz que o PSD nunca votou contra um contrato de delegação de competências para a Junta de Freguesia até hoje, pelo que não o iria fazer agora. Continua por dizer que o PSD aprova a minuta que foi enviada para a Assembleia de Freguesia, visto que, como minuta pode ser aprovado e que é isso que o PSD está a aprovar. -----

7. Apreciação e votação da proposta de celebração de um Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a Junta de Freguesia de Campo de Ourique e o Município de Lisboa para a recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos e ecoilhas de superfície, ecopontos subterrâneos, vidrões, e outros equipamentos de deposição de resíduos. -----

O Presidente de Freguesia toma a palavra. Começa por dizer que discordou dos termos em que o Senhor Presidente da Câmara se referiu a este contrato de Delegação de Competências, motivo pelo qual não foi inscrito no orçamento original. O Presidente da Câmara alterou a sua forma de discutir o tema da higiene urbana e assim submete-se o contrato nos mesmos moldes, sendo que, a Junta de Freguesia nunca deixou de cumprir esta competência. -----

Filipe Hasse Ferreira, PS, solicita que possam ser agregados os anexos que são mencionados de modo a poder ter conhecimento do que é falado e assim estar em condições para votar. -----

Teresa Morais Leitão diz ter tido muita dificuldade para descarregar os documentos, pelo que solicitou os mesmos impressos, no entanto, na impressão obtida não estavam todos os documentos. Assim sugere que se possa criar uma drive onde são colocados todos os documentos para consulta. -----

A Presidente da Assembleia diz que a proposta fica registada e que vai ser analisada. A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação com doze votos a favor e uma abstenção (CDS) -----

8. Apreciação e votação da proposta de celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências, para a “Melhoria de acessibilidade pedonal, troço Rua Silva Carvalho entre o Largo e Rua D. João V”, entre a Freguesia de Campo de Ourique e o Município de Lisboa. -----

Após algumas indicações de membros da Assembleia, o Presidente Pedro Costa dá conta de que a adenda não foi distribuída, dando indicação que é possível que não tenha chegado a tempo a proposta de contrato do Gabinete do Vereador, pelo que deu indicação de que a proposta iria ser retirada. -----

Assim, esta proposta foi retirada pelo Executivo. -----



9. Apreciação e votação da proposta de ratificação do aditamento ao Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a Junta de Freguesia de Campo de Ourique e a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa – Vertente de Apoio a Agregados Familiares. -----
 O Presidente Pedro Costa dá conta de que esta proposta é referente à manutenção integrada do fundo de emergência social, da resposta alimentar de transição que, como foi vindo a ser aprovada, primeiro durante a pandemia, depois manteve-se readaptada e integrada no fundo de emergência social e que se mantém para mais um ano. -----
 A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação por unanimidade. -----

10. Apreciação e votação da proposta de adesão ao Conselho dos Amigos e Beneméritos da Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde, na Freguesia de Campo de Ourique. -----
 O Presidente Pedro Costa comenta que a Fundação Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde dispensa apresentações, dado o trabalho que desenvolve na freguesia e a sua relação forte com a cidade de Lisboa e com o território em particular. -----
 Pede desculpa, pelo facto de, por lapso, ter sido assinado há algum tempo a constituição de um novo órgão desta Fundação, para a qual a Junta de Freguesia de Campo de Ourique foi convidada a integrar este Conselho. Conselho que terá competências estratégicas e de influência junto da comunidade e do tecido comercial e económico, com vista a tentar garantir oportunidades de financiamento ou de apoio para a instituição. -----
 A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação por unanimidade. -----

11. Apreciação e votação da proposta de celebração de protocolo de colaboração em estágios académicos com o Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo (ISCE). ----
 O Presidente de Junta diz que a proposta é bastante clara que visa a integração de estagiários da área da animação sociocultural, para valorizar as atividades, nomeadamente em escola com pessoal qualificado. -----
 Diz que será um esforço que se vai fazer, sabendo que não é fácil, em particular contratar para a atividade em escola pessoal qualificado, dadas as más condições de trabalho que são oferecidas por conta do quadro legal vigente. Diz ainda que é o único serviço da Junta de Freguesia onde ainda não foi conseguido eliminar a precariedade laboral. -----

A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação por unanimidade. -----

12. Apreciação e votação da proposta de “Revisão Orçamental nº1/2023”. -----

O Presidente dá nota de que a revisão orçamental inclui essencialmente a habitual distribuição do saldo de gerência, que é apurado nesta fase do ano, e a integração, do contrato de delegação de competências das eco ilhas, que não estava previsto no contrato original. Reconhece aos serviços, o esforço de conseguir espelhar, com qualidade, a distribuição das verbas pelas várias rubricas, de modo a tornar-se o mais simples de ler possível. -----

O apuramento do saldo de gerência resulta principalmente para além dos habituais, também saldos que passam de um ano para o outro, por conta de delegações de competências que, estavam previstas para o ano passado, que não se conseguiram executar e terão de ser executadas este ano. -----

O orçamento, nomeadamente na sua previsão de receita, era um orçamento muito pessimista, as expectativas de receita foram muito baixas o que permite ter a disponibilidade para poder tomar outras decisões: 1 - O reforço do Fundo Social de Freguesia, que é visível com a introdução de mais 50.000 EUR na sua rubrica e a criação de uma rubrica também para apoiar as famílias. 2 - Na educação, ultimando o valor de 25.000 EUR, para apoiar a aquisição de material escolar ou na aquisição dos livros de fichas dos manuais escolares, que não são pagos pela Câmara Municipal, nem pelo Estado Central. 3 - O reforço de 100.000 EUR da conservação de bens de Espaço Público, nomeadamente na reconversão de passadeiras em passadeiras 100% seguras. -----

Para além disto, dá ainda nota de se reverem algumas rubricas ou por suborçamentação aquando da sua estimativa. Reforço naturalmente causado pela inflação, o manifesto aumento de salários, o regresso ao financiamento das horas extraordinárias aos valores pré troika que exigem que se reforce o orçamento com recursos humanos. -----

Mafalda Cambeta, do PSD diz ter ficado confusa e pede para clarificar a questão dos 25.000Eur de apoio na Educação. Questiona como é o apoio atribuído sendo que a Câmara Municipal dá apoio aos diversos escalões e apoia as famílias mais carenciadas. Assim diz não entender o objetivo deste apoio e as regras de funcionamento para a atribuição de verbas. -----

O Presidente refere que os moldes do apoio ainda não estão fechados. É ou um apoio universal à aquisição de material escolar ou um apoio universal à aquisição dos livros de fichas. Dá nota que são apoios universais e não apoios para ação social. -----

A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação com seis votos a favor e sete abstenções (CDS, PSD, BE e CDU). -----

13. Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022”. -----

O Presidente Pedro Costa dá conta de como é extenso o documento, pelo que se irá focar na demonstração dos números da execução da receita que foram muito acima daquilo que estava previsto, o que justifica o valor do saldo de gerência. -----

Apesar de não ser uma obrigação legal desta autarquia, veio aqui a sua nomeação, o Revisor Oficial de Contas e o parecer que sinaliza: 1 - a boa saúde financeira; 2 - A verificação de todos os procedimentos e a conformidade de todos os números espelhados neste relatório. -----

Bernardo Lacerda, IL, solicita esclarecimentos sobre o estado da norma de contabilidade pública, contabilidade de Gestão. Refere a implementação do Software, que mesmo sendo um processo complexo, é importante para a melhoria da qualidade da informação. -----

Solicita ao Executivo que possam enviar a documentação em PDF, de forma pesquisável, pois é difícil estar a analisar mais de 350 páginas. -----

Por último solicita um pedido de esclarecimento sobre a necessidade de haver, pelo menos, 6 assessores em prestação de serviços de adjudicações diretas, mais um Técnico de Administração Local por adjudicação direta, sabendo que existe um quadro de 80 funcionários da Junta. Pergunta qual a necessidade de ir buscar fora o que se poderia fazer internamente. -----

O Presidente esclarece relativamente ao primeiro ponto, que é um trabalho que se tem vindo a fazer, a tentativa de densificar o orçamento. Dá nota de que no próximo ano só a criação da orgânica fará uma diferença grande na leitura, mas irá ser continuado o trabalho. -----

Em relação à segunda nota e já com a concordância física da Senhora Presidente irão ser distribuídas duas versões do documento para que possa ser pesquisável. -----

Quanto ao terceiro ponto o Presidente esclarece que o trabalho das Assessorias ou outros trabalhos especializados têm mudado ao longo do tempo, ou seja, há projetos específicos que exigem uma resposta. Há trabalhos que estão associados a determinada visão que há para determinado projeto, ou seja, foi necessário reforçar o desporto, por exemplo, quando fizemos a revisão do regulamento. Houve a necessidade de reestruturar toda a comunicação da Junta de Freguesia. Assim é necessária uma adaptação e há necessidades que têm de ser supridas instantaneamente e para isso, não há outro caminho que não seja recorrer à prestação de serviços. -----

Pedro Teixeira, do CDS, diz que a principal questão é a de que os documentos são por natureza difíceis e, não é fácil torná-los fáceis, até pela questão contabilística em si e pelas normas, pelas quais estes documentos se regem. Solicita que os documentos possam chegar com mais antecedência de modo que se possa ter uma perspetiva crítica analítica sobre os próprios documentos. Diz ser muito difícil votar em consciência quando estes tipos de documentos chegam com a antecedência de 2 ou 3 dias. -----

Dora, do PCP solicita a palavra. Refere a ilegibilidade dos documentos, nomeadamente as tabelas, que deveriam ser expansíveis, para se poder analisar em detalhe. Outro ponto é a entrega dos documentos com mais antecedência de modo a poderem ser analisados. -----

O Presidente concorda com as críticas feitas, quanto à legibilidade e diz que a solução proposta pela Iniciativa Liberal e subscrita pela Mesa resolve o problema da legibilidade. Quanto aos prazos de entrega de documentos, diz que irão ser feitos esforços para dar uma melhor resposta. -----

A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a sua aprovação com cinco votos a favor e oito abstenções (CDS, PSD, BE, CDU e IL) -----

14. Apreciação da Informação Escrita do Presidente à Assembleia de Freguesia, referente ao período de 1 de dezembro de 2022 a 31 de março de 2023; -----

O Presidente Pedro Costa começa por referir que o documento tem para além da informação do funcionamento dos vários serviços, a descrição dos vários projetos implementados, a atualização das grandes opções do plano para que a Assembleia possa acompanhar com maior detalhe o trabalho constante sobre essas opções para o ano. -----

Destaca um ponto que é o facto de a Junta de Freguesia ter aumentado a pressão e nível de exigência para com o Governo e a Câmara Municipal para que respondam ao problema da habitação que é um problema especialmente agravado na cidade de Lisboa e em particular na Freguesia de Campo de Ourique que é a segunda freguesia da cidade onde o valor por metro quadrado mais subiu na última década, o que significa, mas não só, que o bairro corre o risco de perder a sua característica de bairro. O Presidente diz que não há bairros sem diversidade, não há diversidade sem esta heterogeneidade de todos, de todas as formações, de todos os rendimentos, de todas as cores, de todos os credos. Não há outra maneira de garantir que as cidades sejam vivas, que não esta heterogeneidade e isso só se faz através da aposta na habitação pública. Além dos problemas dos devolutos, existe também um quartel, completamente vazio e num edifício da Presidência do Conselho de Ministros que não é adequado para funcionar como tal. -----

AS
ALM



Dá indicação do 22º aniversário do realojamento do Casal Ventoso, em particular nos bairros da Quinta do Loureiro e Ceuta Sul. No seu parecer, o trabalho a ser feito é o de construção de prolongamento da cidade, de integração da Quinta do Loureiro, através de levar também Campo de Ourique para a antiga encosta do Casal Ventoso. Resolver com os litígios de propriedade que se mantém nesta zona, melhoria de acessos e ligação, dar novas centralidades, criar cidade na Quinta do Loureiro o que é feito também ouvindo a população. Nesta celebração houve a oportunidade para recolher contributos, falar com as pessoas mais velhas, com as associações de moradores, continuando a construir Campo de Ourique como garantia de que para além de defender o bairro, mantendo a sua diversidade, mas também que Campo de Ourique é um só bairro, desde a Av. De Ceuta até ao Largo do Rato. -----

Vasco Barata, eleito do BE pede a palavra. Começa por dizer que o BE já há 6 anos que fala sobre o assunto habitação, portanto é com agrado que vê a Junta de Freguesia a tomar uma posição pública sobre o escândalo absoluto dos preços da habitação, da dificuldade das pessoas para viverem e das pessoas que foram expulsas deste bairro. -----

Mais adianta que a intenção, neste caso do governo, é a de financiar os preços da especulação através de manter os preços com subsídios de renda, subsídios aos bancos para que os empréstimos, neste caso à habitação, se mantenham. -----

Portanto o programa do Governo, que, teria um impacto importante em Campo de Ourique, é o da reestruturação e da requalificação de património Público servir para fins habitacionais como é o caso do quartel e da Presidência do Conselho de Ministros. -----

Relativamente ao PER diz que deveriam ser discutidas as partes perversas do mesmo que é um modelo de construção que atirou as pessoas apenas por serem mais desfavorecidas para os arredores da cidade, sem serviços públicos, sem transportes, sem acesso à cultura ou ao desporto. Vasco Barata diz então que se deve aprender com os erros do modelo, do que não se quer ver repetido. Todos os bairros devem ter pessoas de todas as classes económicas, origens, não havendo assim uma segregação em virtude dos rendimentos. -----

Dora, eleita do PCP, tem algumas dúvidas. Uma delas sobre a Quinta do Loureiro. Na página 145 menciona uma parceria entre a Universidade Aberta e a Junta de Freguesia para a implementação de uma área verde na zona da Quinta do Loureiro. Questiona se a parceria já foi concretizada, se já existe um projeto e qual o envolvimento da população no desenvolvimento do projeto. -----

Diz ainda que na Informação Escrita, é mencionado a criação de um grupo de voluntários, treinados em questões de Proteção Civil. Pretende saber se este grupo



SL
AQUJ

existe e quais são os planos locais de emergência informação que deveria interessar a todos. -----

Tem a palavra o Vogal Hugo Vieira da Silva que começa por dar a indicação de que o plano local de emergência está praticamente concluído e será levado à próxima Assembleia de Freguesia. O Plano Local de Emergência é também acompanhado do regulamento que prevê o funcionamento do grupo de voluntários. Diz que, este documento, estando aprovado, irá ser dado início ao recrutamento do grupo, às ações de formação, onde serão utilizados, sempre, como parceiros, tanto o Serviço Municipal de Proteção Civil, como os Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, com os quais já existem conversações bastante avançadas de modo a poderem participar. -----

O Presidente toma a palavra em relação à Quinta do Loureiro e ao projeto com a universidade Autónoma. Diz ter havido alguns momentos de trabalho conjunto, nomeadamente nos Sete Moinhos, houve também um trabalho com uma universidade brasileira, a Casa da Arquitetura de São Paulo que fez um atelier vertical para o estudo da antiga encosta do Casal Ventoso. Neste momento, através do in Situ, diz o Presidente, que se está a ultimar mais uma colaboração para o desenvolvimento para um projeto comunitário para um espaço expectante na Rua da Quinta do Loureiro. O que se pretende é fazer um grande trabalho de projeto com a universidade e com os alunos do último ano do curso, mas sempre em conjunto com a população. -----

As oportunidades de projetos, e esta é uma das lições a reter do PER, que é a de que o desenvolvimento do projeto é a oportunidade de evitar alguns erros que foram cometidos no processo de realojamento como um daqueles que já foi mencionado. Ao falar com os moradores e com as associações leva a que se percebam coisas óbvias, uma delas é a de que havia 7 clubes no Casal Ventoso, todos eles jogavam futebol, e o equipamento que foi feito foi uma piscina. A maioria destes clubes fecharam porque não se incluíram as pessoas no projeto. -----

Assim um dos trabalhos relevantes que pode ser feito é a otimização dos espaços comerciais na Quinta do Loureiro que estão abandonados, a construção do pavilhão, o desenvolvimento do projeto. Dando vida à encosta, liga-se o bairro. -----

Diz que pode ser discutido o aumento do PDM da área construível no Vale de Alcântara. Comenta sobre a importância de subir em altura para que se consiga resolver o problema da Quinta do Loureiro. Se o número de habitações públicas for aumentado consegue-se dar diversidade ao bairro. -----

Sobre tomadas públicas de posição, as mesmas irão ser acentuadas sobre a matéria da habitação e, enquanto cidadão o presidente diz não renunciar os direitos políticos, mas informa que subscreveu a proposta de referendo acerca do alojamento local e



caso avance, o Executivo terá uma posição publica e uma participação ativa no momento de debate democrático. -----

Nos termos e para os efeitos do nº3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi lavrada a presente ata em minuta, que depois de lida em voz alta e de aprovada, será assinada por mim, Alda Maria Faria Guerreiro da Cruz em substituição de César Gama Laranjo Ferreira, que a redigi enquanto primeira secretária e pela Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, Ana Luisa Cardoso Marques Teixeira Loureiro. -----

A Presidente da Assembleia de Freguesia: -----

(Ana Luísa Cardoso Marques Teixeira Loureiro) -----

O Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia: -----

(Alda Maria Faria Guerreiro da Cruz) -----